



Trabalhos Científicos

Título: Limites Éticos Da Recusa Vacinal

Autores: GABRIELA NEVES COSTA LEÃO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ANTÔNIO GARCIA FILHO), HERBERT DE SANTANA SOUZA, LETÍCIA MENEZES DIAS, NALYNE CARVALHO DE OLIVEIRA, BIANCA XAVIER DE OLIVEIRA SOUZA, GISELE ROSA BOAVENTURA FERREIRA, CAMILLA KARINNE GUIMARÃES ROSA, POLLYANNA ANDREZA RIBEIRO DOS SANTOS, IAGO VINÍCIUS ODARA DO NASCIMENTO ARAÚJO, GILBERTA GUADALUPE DE SOUZA SANTOS

Resumo: OBJETIVO: Discutir os aspectos éticos e legais que envolvem a obrigatoriedade da vacinação. METODOLOGIA: Estudo descritivo acerca dos aspectos éticos e legais da imunização. Os dados foram obtidos por meio de revisão de literatura mediante pesquisa bibliográfica e em base de dados LILACS e BVS. RESULTADOS: Após 01 século da Revolta da Vacina, eis que surge o movimento antivacina no Brasil e no mundo. Reaparecimento de doenças consideradas erradicadas e surto de outras endêmicas têm sido a consequência dessa realidade. A decisão de não vacinar é uma prática ilegal, considerado um ato de negligência dos responsáveis tanto para saúde individual quanto para saúde coletiva. DISCUSSÃO: A prática de vacinação consiste em uma importante medida de promoção de saúde e prevenção primária que vem mostrando resultados efetivos na redução da morbimortalidade de doenças imunopreveníveis e na eliminação de agentes infecciosos no território devido ao “efeito rebanho”. A recusa emerge de camadas específicas da sociedade que questionam sobre riscos da vacina em detrimento da doença que será prevenida. Essa ideia é fortalecida por informações não comprovadas cientificamente que circulam na sociedade. Nacionalmente, são várias normas que impõe a obrigatoriedade da vacinação, tais como a Lei 6.259/75, o Decreto nº 78.231/76 e o ECA. CONCLUSÃO: Diante dessa realidade, é preciso fornecer informações a fim de preservar o interesse público e se fazer cumprir os direitos das crianças e adolescentes. Cabe também notificação sobre a recusa da vacinação e instalação de outras medidas de fiscalização como o proposto PL 3.146/12.